

Bancos aumentam capital contra crédito duvidoso para não terem prejuízo

por Mara Luquet
de São Paulo

Para não fecharem no vermelho, boa parte dos bancos privados do País estão fazendo aporte de capital que garantirá o provisionamento de 100% de seus créditos duvidosos, como determina o Banco Central (BC). O maior devedor desses bancos é o próprio governo federal, que ainda mantém uma dívida pendente de US\$ 800 milhões, cuja renegociação foi interrompida pela troca da equipe econômica do governo, no último mês de maio.

Manoel Félix Cintra Neto, presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid), está otimista quanto ao futuro da renegociação da dívida interna brasileira, retomada há algumas semanas. "Há da parte do governo seriedade no processo de renegociação", avalia Cintra, um dos nomes que está à frente das conversas com o governo. O banqueiro acredita que a dívida do governo não chegará a ser um empecilho no programa de privatização do País, pois o acordo será fechado em breve, a tempo até mesmo da privatização da Usiminas.

Segundo o presidente da Anbid, o que está na mesa de renegociação atualmente é a discussão de prazos e taxas e a autorização do BC para operações relending (reempréstimos de dívidas vencidas). O relending é uma opção, no rol de soluções elaboradas pelos negociadores, que já havia conseguido a aprovação do ex-presidente do BC, Ibrahim Eris.

Além do relending, o perfil para o acordo da renegociação da dívida interna, prevê a securitização da dívida, a sua utilização como moeda para privatização,



Manoel Cintra

para desmobilização do governo federal ou ainda como moeda para a compra dos Certificados de Privatização (CP).

"O governo não deve e não pode se desfazer de seus ativos sem antes renegociar a dívida dessas empresas", adverte Manoel Cintra. Os bancos privados na primeira etapa do processo de renegociação fizeram um levantamento do montante da dívida pública interna, que pressupõe dívida direta e indireta da Siderbrás, holding das estatais metalúrgicas extinta no início do governo Collor, Resolução 63 do BC e repasses do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Os bancos são obrigados pela Resolução 1748 do BC a provisionar 100% de seus créditos vencidos há mais de 180 dias. E o governo, porém, o maior devedor inadimplente. Manoel Cintra não confirma, mas já no último balanço, algumas das instituições financeiras tiveram de fazer aporte de capital por causa da inadimplência da Siderbrás. A maior parte da dívida foi renegociada no final do ano passado, por debêntures, cuja remuneração é de IGP-M mais 6%.